

## ***Economia e Sustentabilidade da Cadeia de Valor***

**2º Ciclo – 1º Semestre 2019/2020**

### **Capítulo 5**

#### **5.2 A Política Agrícola Comum (PAC): Princípios, Objetivos e Principais Etapas de Evolução**

#### **5.3 Reforma da PAC 2014-2020**

*Professores: José Manuel Lima Santos*

*Maria Alexandra Campos Seabra Pinto*

## **A necessidade de criar uma Política Agrícola Comum na Europa**

A **Política Agrícola Comum (PAC) surge em 1962** para resolver os problemas **económicos** e **sociais** que decorriam de uma agricultura europeia destruída pela 2ª Guerra Mundial (1939/45). Desta situação resultaram:

- Dificuldades em abastecer os consumidores com regularidade e a preços razoáveis;
- Baixos rendimentos dos agricultores, que constituíam então uma parte muito significativa da população.

## A necessidade de criar uma Política Agrícola Comum na Europa

➤ Relançamento do investimento na agricultura para:

Aumentar a produção → **Abastecimento Alimentar**

Aumentar a produtividade → **Rendimento dos Agricultores**

➤ Como?

- **Garantia de preços aos agricultores e**

- **Proteção na fronteira** face às importações a preços baixos provenientes de países terceiros.

## A necessidade de criar uma Política Agrícola Comum na Europa

A PAC atuou defendendo os agricultores das incertezas do mercado, isto é: substituindo os mercados por políticas de preços na regulação da oferta de produtos agrícolas.

Algumas incertezas do mercado:

- A oferta de produtos agrícolas está sujeita a grandes oscilações, o que também provoca uma forte oscilação nos preços.
- A oscilação nos preços é uma barreira ao investimento, uma vez que os investimentos na agricultura só se pagam geralmente ao fim de uns anos.
- As importações são também motivo de insegurança sobre os preços.

### **Objetivos da PAC** (artigo 39 do Tratado de Roma - 1958)

- *Aumentar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional dos fatores de produção, nomeadamente da mão-de-obra;*
- *Assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola;*
- *Estabilizar os mercados;*
- *Garantir a segurança dos abastecimentos (“food security”);*
- *Assegurar preços razoáveis aos consumidores.*

➤ **As Organizações Comuns de Mercado (OCM)** serviram para concretizar os **5 objetivos da PAC**.

➤ As OCM assentavam em **3 princípios fundamentais**, que permanecem válidos e que são conhecidos como os **princípios fundamentais da PAC**.

A primeira OCM criada foi em 1962: OCM dos cereais.

➤ Em 2007, as 21 OCM que existiam deram origem a **uma OCM única** com o objetivo de simplificar os procedimentos e os mecanismos de regulação das anteriores OCM.

## Princípios Fundamentais da PAC

**Unicidade de Mercado** – livre circulação de produtos no espaço comunitário. Criação de um mercado comum agrícola, com regras de concorrência, preços e proteção na fronteira idênticos.

**Preferência Comunitária** – Dar preferência aos produtos com origem na Comunidade, no mercado interno, em relação aos oriundos do resto do mundo. Pressupunha a existência de direitos niveladores às importações e restituições às exportações.

**Solidariedade Financeira** – os custos das medidas associadas à PAC seriam suportados por todos os Estado-Membros (E-M) através de um Fundo: o **Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)** com duas seções o FEOGA-Garantia e o FEOGA-Orientação.

**Nota:** Os fundos atuais são o **Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)** e o **Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)**.

## Historical development of the CAP (1962 →)



The Early Years (60s)	The Crisis Years (70s/80s)	THE 1992 REFORM	Agenda 2000	CAP REFORM 2003	CAP Health Check 2008	CAP REFORM Post-2013
Price support Productivity improvement Market stabilisation	Over production Exploding expenditure International frictions Supply controls	Price cuts and compensatory payments Surplus reduction Income and budget stabilisation	Deepening the reform process Rural development	Market orientation Decoupling Cross compliance Consumer concerns Environment Enlargement	Reinforcing 2003 Reform Dairy quotas	Greening Targeting Redistribution End of production constraints Food chain Research & Innovation

## Principais etapas de evolução da PAC

### Início dos anos 60 até à reforma de 1992

- **Política de Mercados – financiada pelo FEOGA-GARANTIA**
- Regime de preços – assegurar um determinado nível de preços no mercado agrícola (Preço indicativo; Preço de intervenção; Preço limiar);
- Regime de intervenção – preços de intervenção e ajudas à armazenagem (garantia de compra total dos excedentes);
- Regime de trocas - proteção na fronteira contra as importações e restituições (subsídios) à exportação;
- Regime de ajudas à produção em determinadas OCMs com o objetivo de incentivar a produção (oleaginosas, trigo rijo, ovinos e caprinos).

Nota: Após 1962, procedeu-se a uma harmonização de preços, que foram alinhados pelo Estado membro com os preços mais elevados, Alemanha. Consequência: em França, por exemplo, no primeiro ano de funcionamento da PAC, os preços subiram 40% em termos reais.

9

## Principais etapas de evolução da PAC

### Importa aqui introduzir o seguinte:

O FEOGA tinha uma outra seção - **Orientação** – que financiava as **políticas de estruturas agrícolas**:

- Incentivos à modernização das explorações agrícolas;
- Apoios à cessação da atividade agrícola;
- Apoios à qualificação e orientação profissional da população ativa agrícola;
- Apoio às agriculturas de montanha e de determinadas regiões desfavorecidas, no contexto do qual surgem as designadas indemnizações compensatórias (ICs).

**Importante:** Estas políticas estruturais constituíram durante muitos anos uma componente marginal no contexto do orçamento da PAC. Assentavam no princípio do cofinanciamento.

10

## Principais etapas de evolução da PAC

### Resultados da implementação da PAC:

#### Positivos

- Forte crescimento da produtividade e inovação tecnológica
- Garantia do abastecimento alimentar
- Preços elevados nos produtores

#### Negativos

- Excedentes elevados, particularmente em determinados produtos como os cereais, o leite em pó, a manteiga,....
- Problemas financeiros graves associados a estes excedentes
- Queixas dos países terceiros: a UE inundava o mercado internacional com produtos subsidiados, fazendo baixar o preços mundiais e impedia a entrada dos produtos desses países na UE.
- Gerou-se um sistema insustentável, em que o consumidor pagava os produtos agrícolas mais caros, mas também suportava os custos com os excedentes.

11

## Principais etapas de evolução da PAC

- Os primeiros sinais de desequilíbrio apareceram logo em 1968 com excedentes potenciais nos cereais e leite e aumento brutal dos custos orçamentais que aumentaram seis vezes entre 1960-1970.
- Tudo foi evidenciado no relatório do então comissário agrícola (1958-1972) Sicco Mansholt ("pai" da PAC), que já alertava para a insuficiência de uma política agrícola apenas baseada no apoio aos preços e para a necessidade de uma política sócio-estrutural complementar, proposta através do chamado **Plano Mansholt**. De pouco ou nada serviu este alerta, pois a PAC foi, apesar disto, alargando o sistema de garantias de preços aos bovinos, ovinos, etc.
- Ao mesmo tempo eram efetuadas várias tentativas de correção dos desequilíbrios, mas os resultados foram insignificantes e o modelo de apoio começou a ser verdadeira e definitivamente posto em causa. Discutiram-se vários modelos alternativos, e

Em **1992** é adotado de forma definitiva um **novo modelo de Política Agrícola**.

12

## Principais etapas de evolução da PAC

### Reforma de 1992

- Redução do apoio aos preços de mercado (cereais e carne de bovino);
- Introdução das **ajudas diretas** por ha ou cabeça de gado para compensar a aproximação dos preços comunitários aos preços mundiais;
- Introdução de um **regime de quotas** a nível nacional ou individual, consoante os setores, que estabelece limites máximos que se ultrapassados leva a penalizações nos pagamentos;
- Introdução de **medidas de acompanhamento** (que embora não estando relacionadas com os mercados eram financiadas em cerca de 75% pelo FEOGA- Garantia): medidas agroambientais; apoios à florestação de terras aráveis; incentivos à reforma antecipada.

13

### Reforma de 1992

- Com esta reforma deu-se uma viragem na orientação das políticas agrícolas e nos seus instrumentos. Há uma combinação de sistemas de preços com ajudas diretas.
- Verificou-se uma transição dos apoios, até ali, concedidos à produção, agora canalizados para os agricultores. As ajudas diretas eram calculadas com base na superfície cultivada e eram atribuídos prémios por cabeça de gado.
- A proteção do ambiente e dos recursos naturais, assim como a preservação do espaço natural e da paisagem passaram a fazer parte das preocupações da PAC.
- Surgiram sistemas de apoio aos investimentos em novas arborizações e prémios compensatórios por perdas decorrentes da arborização de terras agrícolas.

14

### Consequências da Reforma de 1992:

- Um melhor equilíbrio dos mercados;
- Uma redução dos custos associados aos excedentes;
- Despesas orçamentais mais controladas;
- Maior transparência no apoio aos agricultores.

### Contudo não foi suficiente:

- Necessidade de maior reequilíbrio;
- Alargamento da União Europeia;
- Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), com as consequentes restrições às restituições às exportações.

15

## Principais etapas de evolução da PAC

### Agenda 2000 – aposta na multifuncionalidade da agricultura (Económica – Ambiental – Social – Territorial)

*“Futuramente a política agrícola europeia estará mais centrada no ambiente, na qualidade dos alimentos e na vitalidade da vida rural.”*

- Introduce a nova política de Desenvolvimento Rural que passou a ser enquadrada por um único Regulamento (Regulamento (CE) nº 1257/1999 do Conselho), que define o **conjunto de medidas de desenvolvimento rural** a adotar e a forma como deverão ser financiadas.
- Surge o **2º pilar da PAC** relativo às **políticas de desenvolvimento rural**.
- O **1º pilar da PAC**, existe desde a criação da PAC e é relativo às **políticas de preços e mercados agrícolas**.

16



## Agenda 2000

### 1º Pilar - Políticas de Preços e Mercados Agrícolas

- Continuação do processo de desmantelamento das medidas de suporte de preços (cereais e outras culturas arvenses);
  - Definição de **regras de condicionalidade**: a atribuição das ajudas era condicionada ao respeito pelas normas ambientais e o seu não cumprimento levava a penalizações;
  - Introdução de um **regime facultativo de modulação das ajudas diretas** aos produtores, com a transferência dos fundos assim obtidos para o reforço das medidas de desenvolvimento rural.
- Esta reforma veio aprofundar e consolidar a reforma de 1992.

17

## Agenda 2000

**2º Pilar - Políticas de Desenvolvimento Rural**, passou a integrar a totalidade das medidas estruturais, as medidas de acompanhamento e as indenizações compensatórias em vigor, tais como:

1. Investimento nas explorações agrícolas;
2. Instalação de jovens agricultores;
3. Formação profissional dos agricultores;
4. Reformas antecipadas;
5. Apoio às zonas desfavorecidas e zonas com constrangimentos ambientais;
6. Medidas agroambientais;
7. Apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas;
8. Apoio à floresta e à florestação de terras aráveis;
9. Promoção da adaptação e desenvolvimento das zonas rurais.

18

**O financiamento das medidas integradas no 2º Pilar da PAC era feito através do:**

FEOGA- Garantia em todos os Estados-membros:

- Medidas agro-ambientais,
- Apoio às zonas desfavorecidas ou com constrangimentos ambientais,
- Reformas antecipadas e
- Florestação de terras aráveis

FEOGA-Orientação - em articulação com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE)

As restantes medidas: investimento nas explorações agrícolas, instalação de jovens agricultores, apoio à transformação e comercialização dos produtos agrícolas.

19

## **Agenda 2000**

Características das medidas de Desenvolvimento Rural associadas à Agenda 2000: de aplicação facultativa, em regime de cofinanciamento, com opções diferenciadas de aplicação nos diferentes E-M e implementadas através do respetivo Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) , para o período de programação de 2000-2006.

Resultados:

- Grande variabilidade na contribuição do orçamento comunitário para o financiamento destas medidas;
- Diferenças significativas no peso das medidas financiadas pelo FEOGA-Garantia e Orientação.

20

## Principais etapas de evolução da PAC

### Reforma de 2003 (aprofundamento da Agenda 2000) – Rumo a uma PAC assente em ajudas dissociadas

Nota: Em Portugal iniciou-se a partir de 1 de Janeiro de 2005.

#### Razões fundamentais:

- O alargamento da União Europeia (EU)
- Uma nova ronda negocial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)
- Legitimar a PAC perante os cidadãos europeus:
  - Promovendo o desligamento das ajudas de produtos específicos e deixando aos mercados um papel mais relevante na formação dos preços;
  - Reforçando a condicionalidade e a modulação (por uma PAC mais sustentável e equitativa);
  - Reforçando a política de desenvolvimento rural.

21

### Reforma de 2003

#### 1º Pilar - Políticas de Preços e Mercados Agrícolas

- Inicia-se um processo de **desligamento parcial dos pagamentos aos produtores**, baseados nas quantidades produzidas (tabaco, azeite, algodão), nas áreas cultivadas (culturas arvenses e arroz) e no número de animais elegíveis (bovinos, ovinos e caprinos).
- É introduzido o designado **Regime de Pagamento Único (RPU)**: são ajudas diretas desligadas da produção, ou seja, independentes das opções produtivas dos agricultores.
- É adotado um conceito mais alargado de regras de **condicionalidade**, cujo não cumprimento pode trazer como penalização o não pagamento de ajudas diretas ligadas ou desligadas.
- Torna **obrigatória a modulação das ajudas** e a correspondente transferência de verbas para o 2º pilar da PAC.

22

## Desligamento e Regime de Pagamento Único

O **desligamento da produção** incidiu sobre as ajudas diretas cujos pagamentos eram baseados nas áreas cultivadas ou no número de animais.

Criação de um **Regime de Pagamento (ou ajuda) Único (RPU)** às explorações, correspondente ao valor médio de ajudas diretas calculadas com as alterações introduzidas pela nova reforma, para o triénio 2000-2002.

- Possibilidade de retenção por um E-M, de um máximo de 10% do RPU para apoiar setores específicos (interesse ambiental, qualidade da produção e comercialização);
- Reserva nacional de 3% do envelope nacional para jovens agricultores e situações excecionais.

**Nota:** A passagem dos pagamentos diretos para o RPU podia ser feito de diferentes formas. No caso português a aplicação não foi regionalizada mas o desligamento foi variável por produto. Exemplo: nos cereais e oleaginosas foi total; nos ovinos e caprinos foi parcial; no caso do prémio às vacas aleitantes não foi aplicado.

23

## Condicionabilidade (aplicação obrigatória em Portugal a partir de 2005)

O pagamento das ajudas diretas obriga:

- A que os sistemas de produção agrícola praticados nas áreas elegíveis respeitem um conjunto de regras bem definidas no contexto da conservação do ambiente, da sanidade animal, da segurança alimentar e do bem-estar animal;
- A superfície agrícola beneficiada pelas ajudas diretas deve obrigatoriamente ser mantida pelos produtores, em boas condições agronómicas e ambientais.

## Modulação (obrigatória só a partir da reforma de 2003)

- Consiste na redução do valor da totalidade das ajudas diretas à produção, com início em 2005 a uma taxa de 3%, 4% em 2006 e 5% ao ano entre 2007 e 2013

Isenção: Montante global de ajudas diretas de 5000€ e regiões ultraperiféricas.

24

### A Reforma de 2003 e a nova Política de Desenvolvimento Rural

- Como reflexo da crescente importância dada ao Desenvolvimento Rural no âmbito da PAC foi criado, em 2005, um fundo específico para este sector, o **Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER)**.

**Nota:** Foi igualmente criado o **Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEAGA)**, ligado ao financiamento das medidas do 1º pilar e medidas de promoção dentro e fora do espaço da UE.

- Com a criação do FEADER pretendia-se dar mais margem de manobra aos E-M, de acordo com as suas especificidades, nas opções de medidas a tomar, modos de financiamento, repartição do montante global, etc.
- Procurou-se também privilegiar uma abordagem da base para o topo (*bottom-up*), dando maior destaque aos agentes locais, implementada através do Programa LEADER e aplicada no terreno pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL).

25

### Objetivos da Nova Política de Desenvolvimento Rural:

- Aumentar a competitividade do setor agrícola apoiando a sua reestruturação;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental e a preservação da paisagem através de apoio à gestão do território;
- Reforçar a qualidade de vida das áreas rurais e promover a diversificação das atividades económicas, em meio rural.

O FEADER está dividido em 3 eixos, correspondentes aos 3 objetivos fundamentais da nova Política de Desenvolvimento Rural:

**Eixo 1**- Reforço da competitividade da agricultura e da silvicultura

**Eixo 2** - Ambiente e ordenamento do território

**Eixo 3** - Melhoria da qualidade de vida e diversificação

O fundo abrange ainda um 4º eixo - designado de iniciativa “Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural” - LEADER.

26

## CAP Expenditure – Real Prices



Academy of European Law, 2014

27

## Evolução das Despesas da PAC

- No início da década de oitenta, as despesas agrícolas representavam 66% do orçamento comunitário, no período de 2014-2020 perspetiva-se que seja cerca de 38%.
- Após a reforma de 2003, com a aplicação da dissociação das ajudas à produção, a rubrica das despesas mais importante diz respeito ao pagamentos às explorações (88%), seguida das ajudas diretas à produção (6%).

28

## **A reforma da PAC 2013 (Período de aplicação: 2014-2020)**

Em Portugal a sua aplicação só começou no final de 2014.

### **Três Objetivos Globais:**

#### **1º: PRODUÇÃO ALIMENTAR VIÁVEL**

- Contribuir para os rendimentos agrícolas e limitar a sua variabilidade
- Melhorar a competitividade do sector agrícola e aumentar a sua quota de valor na cadeia alimentar
- Compensar as dificuldades de produção em zonas com condicionantes naturais específicas, já que estas regiões estão confrontadas com um maior risco de abandono das terras

#### **2º: GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

- Garantir práticas de produção sustentáveis
- Promover o crescimento verde através de inovação
- Prosseguir as ações de mitigação das alterações climáticas

#### **3º: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EQUILIBRADO**

- Apoiar o emprego rural e preservar o tecido social
- Melhorar a economia rural e promover a diversificação
- Permitir a diversidade estrutural dos sistemas de produção agrícola, melhorar as condições de vida para as pequenas explorações e desenvolver os mercados locais

29

## **Reforma da PAC 2013**

**1º Pilar** - integra medidas anuais financiadas exclusivamente pelo **FEAGA**: medidas de regulação de mercados agrícolas e pagamentos diretos aos produtores (PDP).

**Medidas de regulação dos mercados** (enquadradas no âmbito de uma **única OCM**):

- Intervenção em momentos de crise;
  - Apoios à armazenagem privada;
  - Regulação das fileiras agroalimentares de forma a reforçar a posição dos produtores agrícolas nas respetivas cadeias de valor, promovendo a constituição de OPs e a existência de contratos entre a produção e os atores a jusante.
- A OCM única acabou com as quotas leiteiras em 2015 e as quotas de açúcar terminaram em 2017.

30

## Reforma de 2013

### 1º Pilar

#### Pagamentos Diretos aos Produtores:

- pagamento base (PB),
- pagamento verde (PV) ou *greening*,
- apoio aos jovens agricultores (AJA),
- pagamentos ligados à produção (PLP) e
- regime específico de ajuda à pequena agricultura (APA).

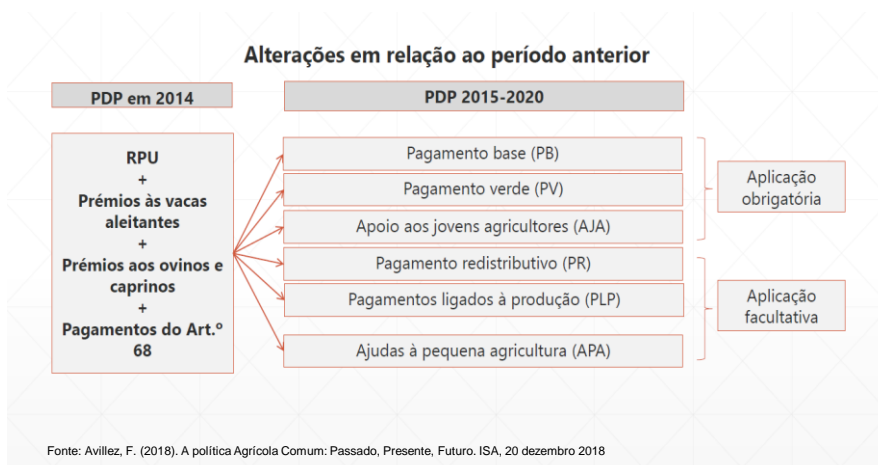
➤ Estes novos pagamentos diretos aos produtores só entraram em vigor em 2015.

➤ Enquanto o PB, o PV e o AJA são de aplicação obrigatória, o PLP e o APA são de aplicação voluntária.

No caso português, por opção do governo, beneficiam os setores das vacas aleitantes, dos ovinos e caprinos, das vacas leiteiras, do arroz e do tomate para indústria.

31

## Sistema de Pagamentos Diretos aos Produtores – 1º Pilar



32



## Sistema de Pagamentos Diretos aos Produtores – 1º Pilar

### Pagamento Base (PB)- Condições de acesso

- Ser Agricultor ativo;
- Apresentar candidatura ao Regime de Pagamento Base (RPB) em 2015;
- Possuir pelo menos 0,5 ha de superfície elegível em 2015;
- Ter apresentado Pedido Único em 2013 (PU2013);
  - **Sem PU2013, têm acesso ao RPB os agricultores ativos que:**
    - Tenham obtido direitos de RPU em 2014 a partir da Reserva Nacional;
    - Situações de transição (herança, alteração de estatuto, cláusula de “Transferência do Direito” (quem vende ou arrenda, tem PU2013)
- Reserva nacional (jovens agricultores, início de actividade, ...)

Fonte: Avillez, F. (2018). A política Agrícola Comum: Passado, Presente, Futuro. ISA, 20 dezembro 2018

33

## Sistema de Pagamentos Diretos aos Produtores – 1º Pilar

### Pagamento Verde (PV) ou *Greening* - Condições de acesso

- Pago **em proporção** do Regime de Pagamento Base (RPB)
- **A quem se aplica?**
  - Obrigatoriamente a todos os beneficiários de pagamentos directos excepto, aos que optem pelo Regime da Pequena Agricultura
- **Onde se aplica?**
  - Aplica-se a toda a exploração.
- **Em que consiste?**
  - Diversificação de culturas;
  - Manutenção de prados e pastagens permanentes;
  - Superfície de interesse ecológico.

Fonte: Avillez, F. (2018). A política Agrícola Comum: Passado, Presente, Futuro. ISA, 20 dezembro 2018

34

## Sistema de Pagamentos Diretos aos Produtores – 1º Pilar

### Apoio aos Jovens Agricultores – Condições de acesso

- Agricultores com direito ao RPB
- Pagamento **anual até ao máximo de 5 anos**
- **Instalação pela 1.ª vez numa exploração agrícola** (sem atividade agrícola nos últimos 5 anos)
- Agricultores que não tenham mais de 40 anos no ano de apresentação do pedido
- **Majoração 25% do valor unitário nacional previsto para 2019 x n.º de direitos RPB até um máximo de 90 direitos**

Fonte: Avillez, F. (2018). A política Agrícola Comum: Passado, Presente, Futuro. ISA, 20 dezembro 2018

35

## Sistema de Pagamentos Diretos aos Produtores – 1º Pilar

### Pagamentos Ligados à Produção

Pagamento Ligado	Apoio	Referência
Vaca em Aleitamento	60 Milhões €	120 € / vaca
Ovinos e Caprinos	36 Milhões €	19 € / Fêmea Adulta
Leite	12,5 Milhões €	82 € / vaca
Arroz	6 Milhões €	194 €/ha
Tomate	3,3 Milhões €	240 € / ha

Estes pagamentos são praticados em modalidade de envelope nacional fechado e são acompanhados pela supressão do regime de direitos individuais e de reserva nacional em vigor até à aplicação da nova PAC

Fonte: Avillez, F. (2018). A política Agrícola Comum: Passado, Presente, Futuro. ISA, 20 dezembro 2018

36

## Sistema de Pagamentos Diretos aos Produtores – 1º Pilar

### Regime da Pequena Agricultura (RPA) – Condições de acesso e nível de apoio

- Participação disponível a todos os agricultores que tenham direitos ao RPB em 2015
- Manutenção dos hectares elegíveis
- “Isenção” do cumprimento das regras da condicionalidade
- Incompatibilidade com os apoios ligados
- Possibilidade de saída do RPA em qualquer ano

Montante anual: 600 €/exploração

Fonte: Avillez, F. (2018). A política Agrícola Comum: Passado, Presente, Futuro. ISA, 20 dezembro 2018

37

## Reforma de 2013

**2º Pilar** - integra medidas correspondentes a pagamentos plurianuais, cofinanciados pelo FEADER e pelos Orçamentos Nacionais de cada E-M, no âmbito dos respetivos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR 2014-2020).

### Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2014-2020)

#### Objetivos Estratégicos:

- Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
- Promoção de uma gestão eficiente e proteção de recursos;
- Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.

#### Objetivos transversais:

- Aumento da capacidade de inovação e de criação e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal;
- Melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão eficiente dos recursos.

38

## 2º Pilar

### Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2014-2020)

Para atingir os Objetivos Estratégicos e Transversais o PDR assenta em 4 áreas prioritárias de intervenção:

- Inovação e o conhecimento;
- Competitividade e organização da produção;
- Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima;
- Desenvolvimento local

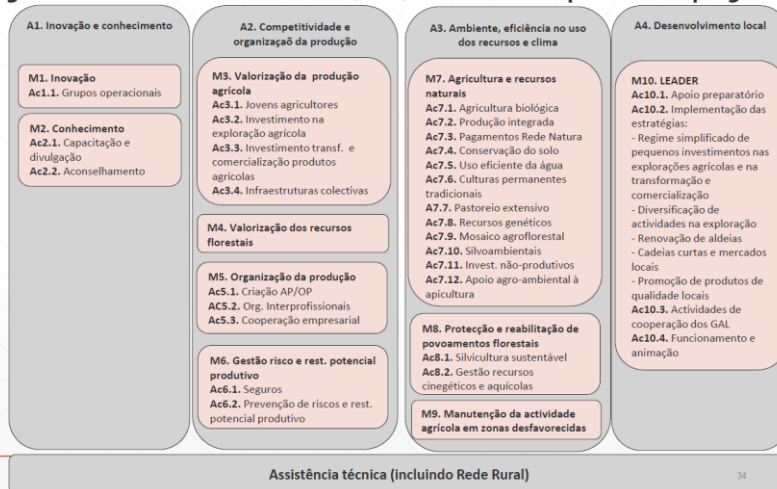
- Estes objetivos estão materializados em 10 tipos de medidas e 30 tipos de ações.

Nota: Embora muitas das medidas e ações já existissem no PRODER 2007-2013 este novo PDR introduz algumas inovações como por exemplo o reforço dos incentivos à organização da produção e gestão de riscos, e uma maior articulação com outros fundos estruturais.

39

## Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) – 2º Pilar

### Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2014-2020: Arquitetura da programação



Fonte: Avillez, F. (2018). A política Agrícola Comum: Passado, Presente, Futuro. ISA, 20 dezembro 2018

40

**Bibliografia:**

- Academy of European Law (ERA) (2014), Reforming the EU Common Agricultural Policy, Documentation, 414D96.
- Avillez, F. (2015), A agricultura portuguesa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, pp.77 – 84.
- Avillez, F., Jorge, M. Trindade, C., Pereira, N., Serrano, P., Ribeiro, I. (2004), Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal – Evolução recente, situação actual e perspectivas futuras, Livraria Almedina, Coimbra, pp 202 – 244.
- European Commission, 2012. The Common Agricultural Policy. A story to be continued. European Union. In: [http://ec.europa.eu/agriculture/50-years-of-cap/files/history/history\\_book\\_lr\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/50-years-of-cap/files/history/history_book_lr_en.pdf)
- Parlamento Europeu, 2016. 5.2 Política Agrícola Comum (PAC). As políticas setoriais. Fichas Técnicas. In: [http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=t\\_heme5.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=t_heme5.html)